



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPAR

LEI N 1.004 DE 09 DE FEVEREIRO 2022.

**“INSTITUI O PROGRAMA DE
RECUPERAÇÃO FISCAL (REFIS 2022) DO
MUNICÍPIO DE GUATAPAR E DA OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.”**

JURACY COSTA DA SILVA, Prefeito Municipal de Guatapar, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais; **FAZ SABER** que, a Câmara Municipal de Guatapar aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1. Fica instituído o Programa de Recuperação Fiscal do Município de Guatapar – REFIS/2022, destinado a promover a regularização de créditos do Município relativos a Impostos, Taxas e Contribuição de melhoria ocorridos até 31 de dezembro de 2022, constituídos ou não, inscritos ou não em dvida ativa, ajuizados ou a ajuizar, com exigibilidade suspensa ou não.

Art. 2. O ingresso no REFIS/2022 possibilitará regime especial de consolidação e parcelamento dos débitos fiscais a que se refere o artigo 1, na forma definida na tabela abaixo:

Percentual de Desconto		
Forma de Pagamento	Juros	Multa
A Vista	95%	95%
Em 06 parcelas	90%	90%
Em 12 parcelas	80%	80%
Em 24 parcelas	70%	70%
Em 36 parcelas	40%	40%
Em 48 parcelas	30%	30%
Em 60 parcelas	10%	10%

 1. O valor mínimo da parcela será de R\$ 50,00 (cinqunta reais) para pessoa física e R\$ 100,00 (cem Reais) para pessoa Jurídica;



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPAR

§ 2º. Os contribuintes com débitos tributários já parcelados, em refis anteriores, poderão aderir ao REFIS/2022, deduzindo-se do número máximo fixado no caput deste artigo, o número de parcelas vencidas até a data de adesão.

§ 3º. Tratando-se de débitos tributários inscritos em dvida ativa, objeto de ao executiva, o pedido de parcelamento deverá ser instruido com o comprovante de pagamento das custas judiciais, suspendendo-se a execuo até a quitao do parcelamento.

§ 4º. A primeira parcela deverá ser paga no ato do parcelamento.

§ 5º. A opo pelo REFIS/2022 importa na manuteno dos gravames decorrentes de medida cautelar fiscal e das garantias prestadas nas aoes de execuo fiscal.

Art. 3º. A adesão ao REFIS/2022 implica:

I – na confissão irrevogável e irretreatvel dos débitos fiscais;

II – na expressa renúncia a qualquer defesa ou recurso administrativo ou judicial, bem como desistência dos já interpostos, relativamente  matéria cujo respectivo débito queira parcelar;

III – na ciência acerca dos executivos fiscais e respectivos valores, nas hipóteses de aoes de execuo fiscal pendentes;

IV – aceitao plena e irretreatvel de todas as condioes estabelecidas;

V – no compromisso de recolhimento dos respectivos tributos do exercício corrente;

Art. 4º. O requerimento de adesão deverá ser apresentado:

I – através de formulário próprio;

II – distinto para cada tributo, com discriminao dos respectivos valores e números das aoes executivas, quando existentes;

III – assinado pelo devedor ou seu representante legal com poderes especiais;

e,

IV – instruido com:

a) comprovante de pagamento das custas judiciais e honorários, no caso de execuo fiscal;

b) cópia do Contrato Social, Estatuto ou documento equivalente, com as respectivas alteraoes que permitam identificar os responsáveis pela gestão da empresa;

c) instrumento de mandato.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPARÁ

Art. 5º. Constitui causa para exclusão do contribuinte do REFIS/2022, com a consequente revogação do parcelamento:

I – o atraso no pagamento de duas parcelas consecutivas ou alternadas, relativas aos tributos abrangidos pelo Programa de Recuperação Fiscal;

II – o descumprimento dos termos da presente Lei ou de qualquer intimação ou notificação efetuada no interesse de seu cumprimento;

III – a decretação da falência do sujeito passivo, quando pessoa jurídica;

IV – a cisão, fusão, incorporação ou transformação da pessoa jurídica, exceto se a nova sociedade ou a incorporadora permanecerem estabelecidas no Município e assumirem a responsabilidade solidária ou não do REFIS;

V - a prática de qualquer ato ou procedimento tendente a omitir informações, a dirimir ou subtrair receita do contribuinte optante.

Parágrafo único - A exclusão das pessoas físicas e jurídicas do Refis Municipal implicará na exigibilidade imediata da totalidade do crédito confessado e ainda não pago e, se for o caso, automática execução dão débito ou continuidade da dívida já ajuizada, restabelecendo-se, em relação ao montante não pago, os acréscimos legais na forma da legislação aplicável à época da ocorrência dos respectivos fatos geradores.

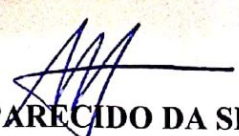
Art. 6º. O prazo para adesão ao REFIS/2022 encerra-se impreterivelmente em 31 de dezembro de 2022.

Art. 7º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL LUIZ BORBA MOURA, AOS NOVE DIAS DO MÊS DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E VINTE E DOIS.

PUBLICADA, REGISTRADA E AFIXADA NO PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL NA DATA SUPRA.


JURACY COSTA DA SILVA
Prefeito municipal


AILTON APARECIDO DA SILVA
Secretário Municipal de Administração